

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Educação em Direitos para Garantia da Efetividade do Acesso à Justiça

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Tássia De Matos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

Por que nossa sociedade não se desenvolve? Por que tantas desigualdades e injustiças? Ao tempo em que sabemos da capacidade produtiva, empreendedora e intelectual do nosso país. Por que então nosso povo tem tanta dificuldade de vivenciar mudanças significativas rumo a uma sociedade melhor e mais justa? Será que se olharmos para nossos fundamentos, nossas bases estão bem consolidadas? Nosso povo tem acesso ao básico? Diversos estudos apontam que apenas a educação pode promover mudanças significativas na cultura e no desenvolvimento de um povo. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal de 88, educação é um direito de todos.

Em quanto nossa sociedade não exigir e investir em uma boa educação de base, para que tenha fácil acesso e compreensão de seus deveres e direitos, dificilmente veremos o nascer de uma sociedade, um sistema e um governo mais justos.

Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo apontar e esclarecer a importância da educação básica e da educação de direitos, não apenas para o acesso à justiça, como também no impacto de mudanças verdadeiramente significativas para o desenvolvimento do país.

Material e Métodos

Utilizando-se de pesquisas que associaram leis específicas, bibliografias jurídicas e sites especializados, este estudo teve como objetivo enaltecer a importância de tornar a educação instrumento base da sociedade para exercer a plena cidadania.

No momento em que o mundo passa por transformações cada vez mais rápidas e complexas como pandemias, mudanças climáticas, problemas com sustentabilidade e a falta de cuidados com os recursos naturais, evidenciando e ampliando as desigualdades sociais.

Nesse cenário instável a sociedade pode apoiar-se na educação como forma de ampliar sua consciência e garantir o olhar do Estado sobre os seus direitos básicos.

Conhecer nossos direitos e como podemos exercê-los da melhor forma possível, pode ser a chave de grandes transformações sociais.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



É de suma importância que pessoas de todas as faixas etárias entendam a importância de compreender a sociedade, sua organização e leis que a regem.

Um projeto (PL 514/2019) de parlamentares da Assembleia Legislativa de São Paulo, que teve parecer favorável, propunha incluir noções básicas de direito no ensino médio das escolas públicas do estado. O projeto sugeriu ensinar aos alunos noções de direito civil, direito do consumidor, direito da família e direito constitucional.

Outro projeto proposto pelos ministros do STF foi o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, a fim de que todo cidadão compreenda os comunicados e decisões judiciais.

Iniciativas como essas tornam o direito e as próprias instituições mais inclusivas, fazendo com que a sociedade sintam-se de fato, compondo parte importante deste sistema.

Conclusão

Conclui-se então que é preciso investir massivamente na educação básica e também na educação dos direitos como forma de desenvolvimento social.

Somente a compreensão de todo funcionamento do sistema fará com que a sociedade possa interferir, contribuindo para a melhora significativa.

Referências

- Constituição Federal de 1988 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm - acesso em 11/03/2024;
- Lei nº 9.394/1996 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm - acesso em 11/03/2024;
- <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=409913> - acesso em 10/03/2024;
- <https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples/> - acesso em 10/03/2024.